
CONSULTA POPULAR

Secretaria Operativa Nacional

Correio eletrônico: secretaria@consultapopular.org.br

Página na internet: www.consultapopular.org.br



Resoluções Políticas da 3ª Reunião da Direção Nacional

Sobre a Conjuntura Internacional

Sobre a situação internacional, avaliamos os seguintes pontos:

Reafirmamos a atualidade da caracterização do imperialismo estadunidense como inimigo principal da humanidade.

As teorias equivocadas que sustentam a existência de um “imperialismo brasileiro” ou teses congêneres lançam confusão sobre as forças populares e secundarizam o enfrentamento principal. Hegemonizada pelos Estados Unidos, formou-se uma aliança tática de que participam o Reino Unido, a Alemanha e até recentemente a França, além de sócios menores como a Itália, a Espanha, o Canadá e a Austrália, inclusive envolvendo para efeitos militares alguns países da Europa do Leste. Tal fato não pode obscurecer o papel estratégico, político e militar dos EUA nesta articulação de países.

Há um declínio do império estadunidense, especialmente no terreno político e econômico, embora detenha a hegemonia incontestável no campo militar e não tenha nenhuma ameaça nem mesmo política ou econômica no curto prazo.

Os EUA não conseguem mais agir em defesa dos interesses do sistema capitalista no seu conjunto, mas utilizam sua posição como maior economia do mundo – e donos do dólar – para favorecer apenas os interesses dos seus próprios capitalistas, e enfrentar a crise da sua economia interna em prejuízo de todos os outros países do mundo.

O mundo entrou com efeito na fase de deslocamento geopolítico mundial e que se traduz, pela multiplicação rápida dos movimentos, das dificuldades econômicas, dos fracassos orçamentais, dos conflitos monetários, premissas de choques políticos maiores e a entrada de novos atores regionais nas negociações.

Os militares continuam a ser, sem dúvida, a carta mais forte dos EUA; na verdade, a principal carta. Hoje os Estados Unidos possuem a mais formidável máquina militar do mundo e seu controle da OTAN lhe permite exercer essa hegemonia militar com reduzido desgaste diplomático, como se verifica na Líbia.

Os EUA estão aumentando a sua presença militar no Pacífico, no oceano Índico e estão tentando ter o apoio das Filipinas e de outros países no Sudeste Asiático, como o Japão, a Coreia, Singapura, a Malásia (que durante muitos anos esteve reticente a juntar-se a esta aliança). Portanto, Washington está formando uma extensão da OTAN na região da Ásia-Pacífico, direcionada contra a China.

A superioridade militar e tecnológica do bloco imperialista permite-lhe, com um custo de vidas reduzido, atacar e ocupar países do Terceiro Mundo para saquear os seus recursos naturais, especialmente os petrolíferos. Isso ocorreu já no Afeganistão, no Iraque e na Líbia. Atinge agora a África com a intervenção militar dos EUA em Uganda.

No Oriente Médio, Israel segue aprofundando sua invasão e cerco aos palestinos ao mesmo tempo em que ameaça atacar e incita os EUA a bombardear as instalações nucleares de Natanz no Irã. Obama conseguiu que o Conselho de Segurança aprovasse vários pacotes de sanções ao Irã. E o Embaixador dos EUA em Israel anunciou que existe um plano de ataque já preparado.

Mobilizar-se contra um ataque ao Irã pelos EUA e Israel é uma bandeira fundamental.

Em relação aos acontecimentos da Síria:

- 1. Defendemos o direito dos povos árabes de lutarem por melhores condições de vida e de trabalho,** por transformações econômicas, sociais e políticas e contra qualquer governo antipopular, antidemocrático, pró-imperialista e pró-sionista;
- 2. Defendemos também o direito do povo curdo de lutar pela independência nacional,** principalmente daqueles que se concentram hoje na Turquia e que travam uma intensa batalha pela libertação nacional contra o governo nacionalista-conservador e antidemocrático do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan, que agora se junta às reacionárias monarquias da Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes, Jordânia e à OTAN para realizar uma agressão contra a República Árabe Síria;
- 3. Defendemos o direito à autodeterminação nacional** e que o povo sírio resolva seus problemas internos sem intervenção imperialista (OTAN, EUA, UE, etc.);

4. Todo apoio ao povo sírio e suas legítimas organizações populares, progressistas e de esquerda na sua luta contra o imperialismo e contra o sionismo, e por transformações sociais;

5. Pela devolução das Colinas de Golan à Síria, ocupadas militarmente e ilegalmente pelo Estado de Israel desde junho de 1967;

5. Pela unidade dos povos árabes na luta contra o imperialismo, o sionismo e seus governantes aliados no mundo árabe, pois a divisão entre os povos e países árabes cria condições para as intervenções imperialistas;

7. Pela solução política e diplomática do conflito armado na Síria. Uma guerra civil prolongada não serve hoje aos interesses da classe trabalhadora e das massas populares da Síria. Os que estimulam a continuidade da guerra civil agem como aliados das forças da OTAN, que já se posicionam na fronteira turca para um ataque contra mais esta nação árabe. Não à guerra civil prolongada. Basta de assassinatos da população civil. Que cessem os ataques de ambas as partes e que seja construída uma saída política democrática, popular, progressista e anti-imperialista para a crise na Síria.

A crise no centro capitalista, Europa, Japão e Estados Unidos segue seu curso e se aprofunda, confirmando a análise de seu caráter prolongado.

A atual crise é a mais grave, profunda e abrangente desde 1929. Após a quebra do sistema financeiro seguiu-se a turbulência das dívidas públicas, atingindo especialmente a Grécia, onde o resultado eleitoral traduziu a resistência popular ao pacote de medidas recessivas. Um quarto dos trabalhadores gregos está desempregado. E a bandeira de saída do euro e decretação de moratória ganha força.

Grécia, Itália, Espanha e Portugal se deparam com o crescimento do desemprego, queda de salários, retirada de direitos sociais, gerando uma crise política intensa. Mesmo na França, a eleição de Hollande representa o desgaste da direita e seus pacotes recessivos. O programa do novo presidente francês se apoia em aumento de impostos, especialmente dos ricos e das empresas, para financiar mais gastos com educação, com a criação de mais empregos públicos e para permitir que aqueles que comecem a trabalhar aos 18 anos possam se aposentar aos 60 e não aos 62 como determina a reforma da aposentadoria aprovada por Sarkozy.

A luta central das organizações da classe trabalhadora europeia é contra o chamado-Pacto de Estabilidade, Coordenação e Governo na União Económica e Monetária e o Tratado revisto que rege o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). Estes dois tratados transformarão os Estados Membros da “Eurozona” em regimes de permanente austeridade econômica, incluindo cortes cada

vez mais profundos na despesa pública, aumentos nos impostos indiretos, reduções dos salários, liberalização continuada dos mercados e privatização das empresas públicas.

O ciclo de expansão da economia mundial puxado especialmente pela China, que já dura mais de uma década, no qual o Brasil se inseriu explicitamente como provedor de “commodities”, dá sinais de esgotamento.

Os EUA trabalham intensamente para abalar os esforços de unidade latino-americana que se comprometam com a perspectiva de soberania. Para tanto, impulsionam articulações alternativas como é o caso da Aliança do Pacífico entre o México, Colômbia, Peru e Chile, com os EUA.

Por outro lado, **a criação da CELAC – Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos é um passo fundamental na integração de nosso continente** e pode contribuir muito para reduzir a ingerência imperialista.

As eleições da Venezuela são decisivas para a luta popular. Trata-se de uma disputa de projetos que tende a unificar amplos setores burguesia continental, especialmente brasileira, em torno da construção da candidatura de Capriles. O imperialismo utilizará todos os recursos nesta disputa. É fundamental apoiar e construir o mais amplo apoio á eleição de Hugo Chavez. É preciso entender que se trata de uma eleição decisiva que envolve toda a classe trabalhadora de nosso continente. Será uma grande mobilização continental dos setores de direita para tentar frear o processo venezuelano.

A questão da **soberania argentina sobre as Malvinas** é uma bandeira importante que traz á tona a existência de colônias em nosso continente.

O projeto de lei apresentado pelo governo de Cristina Kirchner de **recuperar 51% das ações da companhia de petróleo Repsol YPF e a nacionalização da distribuidora YPF de gás é uma medida importante no enfrentamento com o neoliberalismo e atende uma reivindicação dos movimentos populares.** Da mesma forma, na Bolívia as recentes medidas de nacionalização e estatização devem ser apoiadas.

É fundamental seguir apoiando a resistência hondurenha, articulada em torno da Frente Nacional de Resistência Popular – FNRP. Desenvolvendo a solidariedade e apoiando sua construção.

Igualmente, devemos denunciar a repressão praticada na Colômbia, apoiando os movimentos sociais e organizações populares.

Manter e aprofundar nossa solidariedade com o povo haitiano, reafirmando a bandeira da retirada das tropas brasileiras.

Finalmente, **reafirmamos a importância da solidariedade á Revolução Cubana**, em sua luta contra o bloqueio, ressaltando a importância de apoiar a campanha pela libertação dos cinco patriotas presos nos EUA.

Análise da conjuntura nacional

No Brasil, a caracterização da conjuntura atual não pode ser mesma dos anos 90: avanço do neoliberalismo e descenso da luta de massas. Também é verdade que não podemos afirmar que estamos passando por um momento de Ascenso da luta de massas. Então, qual é a real situação da luta de classes no Brasil atualmente? Permanece a situação de descenso da luta de massas, mas com a presença de um conjunto de fatos e contradições, uns conjunturais e outros de natureza estrutural, que nos possibilitarão entrar numa nova etapa da luta política no Brasil. Nesse sentido, podemos afirmar que a situação de calmaria na luta política em nosso país está chegando ao fim. Por isso afirmamos que estamos numa conjuntura de transição para um novo período de lutas sociais. Em resumo, essa conjuntura de transição para uma nova etapa da luta política se expressa na desmoralização internacional do projeto neoliberal, na visível retomada das lutas sindicais, nos novos desafios que se apresentam para a luta dos movimentos camponeses e na possibilidade do protagonismo político da juventude no próximo período.

Nosso ponto de partida é que as forças sociais que podem protagonizar as mudanças na sociedade não surgem do nada, não é algo dado a priori ou produto da melhor teoria. As forças sociais da transformação são produto das contradições da realidade. São impulsionadas pela convergência de contradições políticas e econômicas que se encontram com a disposição da classe trabalhadora para as lutas.

Os governos Lula e Dilma consolidaram uma agenda neodesenvolvimentista conservadora, ou seja, descolada de uma agenda de reformas estruturais na sociedade. Trata-se de uma alternativa capitalista em que o Estado concilia o estímulo ao investimento produtivo com o capital financeiro que continua hegemônico no capitalismo internacional. Portanto, o neodesenvolvimentismo não é uma alternativa para as forças populares e não corresponde ao seu projeto estratégico. Ao mesmo tempo, ele proporciona um conjunto de contradições importantes sobre as quais as forças populares devem incidir e canalizar para potencializar a organização popular. Dentre elas, destacamos a recomposição da classe trabalhadora urbana no Brasil. Sabemos que o protagonismo dos trabalhadores urbanos é parte fundamental da história das lutas por reformas estruturais no Brasil.

Não foram por acaso os ganhos salariais que a classe trabalhadora obteve no último período. O processo de geração de empregos reduziu o tamanho do exercito industrial de reserva no Brasil que favoreceu a disposição dos trabalhadores para as lutas. O resultado foi uma pressão salarial favorável ao mundo do trabalho. Outra contradição reside no processo de ampliação da pequena burguesia através do estímulo por parte do Estado dos pequenos negócios. No campo, o neodesenvolvimentismo, em detrimento da reforma agrária, favoreceu o avanço do agronegócio e suas mazelas ambientais. Destaca-se também um processo de consolidação de políticas sociais do governo que tiveram um impacto considerável na vida de milhões de brasileiros.

A existência dessas contradições enquanto a economia nacional estava numa rota de crescimento não proporcionava grandes conflitos para os partidos de esquerda e seus aliados que compõem a base do governo Dilma. No entanto, as projeções para o próximo período apontam que a economia brasileira vai desacelerar. Aliás, os números do primeiro trimestre de 2012 confirmam essa tendência imposta pela crise econômica internacional. A indústria nacional está à deriva por falta de investimentos pesados em educação e inovação tecnológica, além de uma taxa de cambio adequada aos interesses da produção industrial. A tendência é de diminuição da demanda internacional por commodities e a conseqüente queda nos seus preços. Potencializar o consumo interno facilitando o crédito terá menor eficácia do que em 2008 e 2009 devido ao endividamento das famílias brasileiras.

A crise econômica vai impactar a economia brasileira de tal forma que facilitar o crédito e reduzir os juros se mostrarão iniciativas insuficientes. Para manter as conquistas do governo Lula, a presidenta terá que acelerar e aprofundar as mudanças na política econômica diminuindo o espaço do capital financeiro na economia nacional. Serão necessárias mudanças mais profundas na política macroeconômica acompanhadas de reformas estruturais na sociedade e aumento considerável da taxa de investimento do Estado no setor produtivo para gerar milhões de empregos. Além disso, o que realmente poderia garantir renda e emprego num momento de crise profunda seria um conjunto de reformas nacionais, democráticas e populares que dependem mais de um amplo movimento de massas do que de um governo de composição que concilia interesses de classes.

Vale lembrar que o aprofundamento da crise também possibilitará o surgimento de uma alternativa pela direita. Isso poderá ocorrer se nos depararmos com o encontro de duas situações. O neodesenvolvimentismo conservador, conciliador de classe e sem ideologia crítica, busca melhorar a vida do povo sem o elemento do conflito. O neodesenvolvimentismo não pauta as reformas estruturais na sociedade, não educa politicamente as massas, não forma uma base social de massas com um projeto político claro e não gera massa crítica na sociedade abre espaço para o crescimento da direita em determinadas situações. Essa constatação aumenta a responsabilidade das forças

populares com a educação política desses setores da sociedade. Além disso, se caso as forças populares não conseguirem viabilizar uma alternativa democrática, nacional e popular à crise do capitalismo mundial, aumentam, ainda mais, as possibilidades do triunfo da direita.

Como as reformas estruturais não estão na agenda da composição política que sustenta o governo Dilma, então a presidenta e os partidos de esquerda poderão enfrentar o seguinte dilema: seguir com medidas paliativas no enfrentamento da crise econômica e garantindo a unidade da composição de partidos que sustenta o governo ou optar por mudanças mais profundas na política econômica acompanhadas de reformas estruturais e apostando na formação de um bloco popular que defenda essas medidas.

Quem ganha com a hesitação e timidez do governo Dilma no enfrentamento à crise econômica é a direita brasileira. Isso porque se a economia desacelerar demais e as conquistas dos últimos anos forem ameaçadas, a popularidade e aprovação do governo poderão cair. Os partidos fisiológicos que fazem parte da coalizão governista poderão se agrupar em torno do PSDB. Portanto, de uma forma ou de outra essa composição que sustenta o governo Dilma sofrerá dissidências. Além disso, Dilma, corretamente, ao assumir o compromisso com algumas pautas como a Comissão Nacional da Verdade, os vetos às mudanças no novo código florestal e democratização dos meios de comunicação, contribui para desagregar ainda mais sua própria base de sustentação.

A História demonstra que a luta por reformas estruturais politiza as massas, polariza a sociedade e proporciona correlações forças favoráveis ao aprofundamento dos projetos políticos. Apostar na concretização de reformas democráticas, nacionais e populares num momento de cerco e desmoralização do neoliberalismo é o melhor caminho para enfrentar a crise econômica internacional.

Avançar no nível de organização popular, dialogando com uma nova correlação de forças em formação na América Latina é fundamental para podermos consolidar uma força social de massas que apresente um projeto popular que dialogue com o nível de consciência da classe trabalhadora e que resolva seus problemas básicos.

Sobre a questão econômica Nacional

A evolução da crise capitalista internacional nos últimos três anos, está evidenciando os dilemas e limites da economia brasileira. E as contradições existentes entre as diversas classes e frações de classe na sociedade.

A economia brasileira continua dependente do capital estrangeiro e dos seus centros de decisões. Embora exista uma burguesia interna com contradições, o capital financeiro internacional e nacional exerce ainda a hegemonia. E juntamente com um pequeno número de grandes grupos oligopolizados controlam os rumos da economia brasileira.

Está ocorrendo ainda uma pressão cada vez maior, desse setor, para a apropriação privada de nossos recursos naturais: minérios, petróleo do pré-sal, terras, usinas de etanol, água, e até créditos de carbono...

A Indústria nacional está sofrendo enorme concorrência internacional por parte dos grupos oligopolizados e pela manipulação da taxa de câmbio, aqui e nos países centrais.

A pauta das exportações brasileiras voltou a ser de matérias primas, representando mais de 65% de todas exportações e concentrada em alguns produtos. Colocando nosso país, numa posição subalterna na redivisão internacional do trabalho e da produção.

Nota-se a volta da pressão para retomada das privatizações em setores importantes da economia, como foi o caso dos aeroportos, e agora sobre a concessão da energia elétrica ainda controlada por estatais, e também estradas e portos.

Aumentam as pressões sobre a classe trabalhadora, com maior incidência da terceirização do trabalho nas grandes empresas, com maior flexibilização disfarçada das leis trabalhistas, e o consequente aumento da exploração dos trabalhadores.

Diante disso tudo, é importante que nos articulemos com todas as forças populares e suas mais diferentes formas de organização, para debater e defender na sociedade:

1. A necessidade de um verdadeiro projeto de desenvolvimento do país, calcado nas necessidades históricas da população brasileira, para corrigir as distorções da concentração de riqueza, de renda e combater a desigualdade social;
 2. Construir um novo modelo de industrialização do país, soberano, baseado no desenvolvimento da tecnologia nacional, voltado para o atendimento das imensas necessidades da população e sustentável ecologicamente.
 3. Defender a estatização e controle do estado sobre as áreas estratégicas de nossa economia, como o petróleo, a mineração e a energia.
 4. Defender a necessidade da revisão da política de superávit primário, e controlar os gastos com juros, realocando esses recursos orçamentários para as políticas de educação, saúde, moradia popular, transporte coletivo e reforma agrária.
 5. Combater o sistema financeiro e reduzir as taxas de juros praticados no mercado, e pagos pela população, que tem hoje as maiores taxas do mundo, (ao redor de 48% ao ano) aos patamares do capitalismo internacional.
 6. O Governo precisa controlar a taxa de cambio, e colocá-la em patamares que represente proteção de nossa economia, e tributando os setores que possam vir se beneficiar com a adequação da paridade do real com o dólar.
 7. Defendemos a necessidade de que os projetos do BNDES sejam prioritariamente destinados a investimentos produtivos, nas áreas que gerem independência nacional e geração de empregos, com respeito ao meio ambiente, voltados para o mercado interno e a distribuição de renda.
 8. Estimular a mobilização de massas em prol das reformas estruturais, como a necessidade da reforma tributária, a reforma política, destinar de 10% do PIB para educação, reforma agrária, e a reforma urbana, que combata a especulação imobiliária e priorize o transporte publico coletivo nas grandes cidades.
- Devemos colocar nossas energias e nos somarmos a todos os setores sociais, que possam se aglutinar em torno dessas bandeiras, urgentes e necessárias.

Sobre as Lutas centrais para o próximo período

1. Nos últimos quatro anos, contradições das políticas de desenvolvimento em curso abriram novos campos e possibilidades de luta, em especial no mundo do trabalho com o aumento do número de greves com ganhos reais e entre a juventude urbana, com o aumento da concentração de jovens da classe trabalhadora nas universidades e novas possibilidades de organização também da juventude urbana nas periferias.

3. Isso exige de nós uma habilidade maior na escolha das ações que iremos priorizar na conjuntura. De um lado, não se trata somente de elencar lutas necessárias, mas lutas nas quais a classe trabalhadora tenha iniciativa, capacidade de construção e direção política, acumulando para a estratégia e intervindo na conjuntura, a exemplo da ação nacional do Levante Popular da Juventude, em 26 de Março. De outro lado, nossa tarefa principal segue sendo o enfraquecimento de nossos inimigos centrais, o imperialismo e a burguesia a ele associada, o que exige centrarmos força também em ações unitárias que acelerem o enfraquecimento das forças políticas que representam o capital financeiro internacional na atual conjuntura.

4. Há oportunidades abertas nos últimos meses na política institucional para enfraquecer os setores mais alinhados ao imperialismo. A CPMI contra Carlos Cachoeira nos dá a possibilidade de utilizar um mecanismo institucional da burguesia para fazer agitação contra os setores corruptores da própria burguesia atingindo a política implementada pelo tucanato e seus mecanismos ideológicos como a revista Veja. Da mesma forma, a denúncia contra a privatária tucana e a campanha que estimulamos pelo Brasil de Fato também é um importante mecanismo de pressão contra as privatizações e debate ideológico, inclusive retomando temas estratégicos como a reestatização da Cia Vale do Rio Doce.

5. A ação dos escrachos do Levante Popular da Juventude contribuiu para pautar o debate na sociedade e alterar a correlação em torno da luta pela instalação da Comissão Nacional da Verdade. Essa é uma luta que deu visibilidade para essa importante iniciativa da Juventude e para os instrumentos de luta que impulsionamos e tudo indica que é um campo a ser mais bem explorado no médio prazo. Indicamos a necessidade de insistir na organização dessa pauta, seguir promovendo ações de agitação e organizar comitês unitários ampliando essa luta nos estados.

6. No dia 05 de Junho teremos o Dia Mundial em Defesa do Meio Ambiente, trata-se de somar as forças que já acumulamos na Campanha contra o uso de Agrotóxicos e contra as mudanças no código florestal e promover atos unificados nas cidades, aproveitando o momento favorável da Rio+20. Da mesma forma, para nós a Cúpula dos Povos se converte também num momento de Agitação Política em torno desses temas.

7. O tema da redução da jornada de trabalho para 40 horas pode voltar a cumprir papel importante na conjuntura devido à posição do novo ministro do trabalho. É necessário identificar em cada realidade as possibilidades de construção em torno da pauta.

8. No campo internacional, a eleição de Chavez na Venezuela tende a adquirir um caráter plebiscitário também no Brasil devido às forças envolvidas. O coordenador da campanha anti-chavez é um afiliado da Rede Globo e os setores conservadores no Brasil não só já definiram a posição pró-Caprilles, como já estão em campanha fabricando fatos jornalísticos no Brasil como forma de influir no debate interno à Venezuela. Nossa tarefa é promover a agitação pró-Chavez, criar fatos políticos e garantir o envio da brigada internacionalista do Levante Popular.

9. Defesa das cotas raciais - A proximidade da avaliação das cotas raciais nas Universidades federais vai contribuir para que a luta pelas cotas ganhe um peso importante no próximo período. O recente julgamento da constitucionalidade das cotas raciais na UNB pelo Supremo Tribunal Federal em 26 de Abril, partindo dos Democratas é um ensaio de como a direita vai atacar a política de cotas no Brasil. Além de defender o direito ao acesso de jovens Negros e índios nas Universidades, ajuda a polarizar a luta entre a direita conservadora e as organizações que defendem as pautas democráticas e populares que acumulam no processo de organização da Juventude trabalhadora do Brasil.

10. Renovação das concessões de energia - Na luta contra a privatização do setor elétrico nacional é fundamental a luta em defesa da renovação das concessões de energia. Nos próximos anos vencem as concessões, ou seja, o direito de uso por parte das empresas, de praticamente 20% do parque gerador de energia do Brasil, assim como cerca de 80% das linhas de transmissão e de mais de 49 empresas distribuidoras. Isso representa 35% do total da energia comercializada no país e envolve negócios na ordem de 30 bilhões de reais por ano, portanto abre-se uma disputa nacional, travada entre os segmentos empresariais e os interesses do povo brasileiro. Se não houver a

renovação das concessões do setor elétrico, corre-se risco de uma nova onda de privatização do setor.

11. Privatização e terceirização: Combater as iniciativas privatistas, mesmo quando utilizam o formato de longas concessões, assim como, projetos legislativos e mecanismos que estimulam a terceirização e a precarização das relações de trabalho.

12. CPMI da Violência contra a Mulher – Foi desencadeado no Brasil a CPMI para apurar os casos de violência contra a mulher e verificar os desafios da efetivação da Lei Maria da Penha nos estados e municípios. Entendemos que é importante a militância da Consulta Popular inserir-se nas audiências públicas coordenadas pela CPMI, como uma forma de denunciar os crimes contra as mulheres e exigir a efetivação de políticas de proteção às mulheres e que enfrente a questão da violência, procurando articular-se com os movimentos de mulheres e feminista.

Sobre as eleições

Temos clareza dos limites do processo eleitoral para a efetivação das mudanças estruturais na sociedade e para explicitar o programa político da classe trabalhadora. Porém, o momento eleitoral é onde se coloca para o todo da sociedade o debate da política, onde se estabelece a disputa de pequenas, mas importantes parcelas do Estado.

Dessa maneira, para nós, as eleições se localizam no âmbito da nossa tática política. Nossa inserção e atuação neste espaço de disputa devem ser sempre orientadas considerando a conjuntura das forças no momento, e, precisamos buscar sempre as melhores condições para o acúmulo de forças para o projeto popular e a realização da revolução brasileira.

No Brasil, nestas eleições, identificamos que estão em disputa dois campos com interesses distintos. De um lado, o campo do PSDB/DEM, que representa os interesses do capital financeiro, defende e patrocina um alinhamento internacional ao imperialismo, com implicações nas realidades locais; e de outro as candidaturas mais progressistas, que embora ainda não coloquem em pauta uma ruptura estrutural, trazem acúmulos econômicos e sociais para o conjunto dos trabalhadores e, em alguma medida, proporcionam melhores condições para a acumulação de forças, rumo a construção do projeto popular para o Brasil.

Portanto a posição da Consulta nessas eleições deve:

1. **Derrotar as candidaturas conservadoras, alinhadas com o imperialismo e o neoliberalismo.** As candidaturas articuladas em torno do DEM e PSDB e seus aliados são a expressão desse alinhamento. Impor uma derrota a esses setores significa efetivamente a eleição de candidatos que proporcionam melhores cenários e condições para a luta, e preferencialmente, afinados com o campo do projeto popular.
2. **Portanto é fundamental a indicação de voto e trabalho de campanha,** sempre que possível, aos candidatos que acumulam para o projeto popular;
3. **Em relação às candidaturas de vereadores,** podemos aproveitar este momento para estreitar nossas relações com setores da esquerda com os quais temos maior afinidade estratégica e que tenham compromisso com a construção do Projeto Popular para o Brasil.
4. **Seguir a nossa tradição de se diferenciar** neste processo, aproveitando o momento eleitoral para promover a agitação e propaganda dos pontos programáticos do Projeto Popular, estabelecendo e qualificando o debate da base eleitoral com as candidaturas nos municípios.
5. **Realizar assembleias populares, plenárias,** encontros com as forças políticas, em torno da construção de plataformas que ajudem que dialoguem com os problemas do povo nas realidades locais e avancem na construção do Programa.

Muitos processos eleitorais estão ainda em definição e sabemos que vamos enfrentar dificuldades em alguns locais onde as coligações e alianças não expressam contradições de projetos e ferem os nossos princípios e compromissos. Nesses lugares é preciso pensar a intervenção e o envolvimento dos militantes no processo eleitoral, ressaltamos a importância dos militantes se envolverem e de buscarem formas de enfrentarem estas contradições, de maneira que não tenhamos uma posição passiva nestas eleições.

Reunião Nacional da Direção nacional Consulta popular
São Paulo, 04 a 06 de Maio de 2012.